

1 **ATA DA 123ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES DE**  
2 **MS/CEC-MS, REALIZADA NO DIA 23 DE JULHO DE 2019, NO AUDITÓRIO DA MS**  
3 **GÁS.**

4 Aos vinte e três dias do mês de julho de 2019, reuniram-se no Auditório da MS Gás, em  
5 Campo Grande/MS, os Membros do Conselho Estadual das Cidades de Mato Grosso do  
6 Sul - CEC/MS – **Ubiratan Rebolças Chaves** – Agência Estadual de Habitação Popular  
7 de MS – AGEHAB/MS; **Inês Pereira Esteves** – Departamento Estadual de  
8 Trânsito/DENTRA-MS; **Aroldo Abussafi Figueiró** – Conselho Regional de Engenharia  
9 e Agronomia/CREA; Vera Galvão Bacchi – Prefeitura Municipal de Campo Grande;  
10 **Anízio de Souza dos Santos** – Prefeitura Municipal de Dourados; **Valdo Pereira de**  
11 **Souza, Edson Ageo Maidana Nunes e Auro da Silva** - Federação das Associações de  
12 Moradores do Estado do Mato Grosso do Sul/FAMEMS; Edymar Fernandes Cintra –  
13 Sociedade de Apoio a Luta pela Moradia – SAM/MNLM; **Kelly Cristina Hokama** –  
14 Sindicato dos Arquitetos de MS/CAU-MS; **Silvia Bontempo** – Ordem dos Advogados do  
15 Brasil Seção Mato Grosso do Sul/OAB-MS; **Tânia Maria de Souza Marques** - Secretária  
16 Executiva do CEC. Como convidada: **Senhora Maria Teresa Soto Palermo**. A 123ª  
17 Reunião Ordinária do Conselho Estadual das Cidades/CEC teve como pauta: **Abertura;**  
18 **Informes; Aprovação das Ata 121ª e 122ª Reuniões Ordinárias; Apresentação de**  
19 **Projeto de Assistência Técnica do Programa Tijolo por Tijolo em parceria com**  
20 **CREA-MS; Definição de Pauta para próxima Reunião; Encerramento**. O **Senhor**  
21 **Ubiratan** cumprimentou a todos, fez a abertura da Reunião e passou para os **Informes**:  
22 Informou que a Secretária Executiva, Senhora Maria do Carmo encontrava-se em férias,  
23 retornando no dia 31/07/19 e que estaria conduzindo a reunião como Diretor Presidente  
24 da AGEHAB, em exercício. Perguntou se algum Conselheiro queria fazer uso da palavra  
25 para informes. A **Conselheira Edymar** informou que estava sendo realizado na  
26 Universidade Federal de MS, um congresso muito importante do **SBPC** – Sociedade  
27 Brasileira para Progresso da Ciência. Que o **tema do evento deste ano é, “Ciência e**  
28 **Inovação nas Fronteiras da Bioeconomia, da Diversidade e do Desenvolvimento**  
29 **Social**”, que permeará grande parte das discussões propostas na programação, como  
30 as sessões **“Biodiversidade e bioeconomia: riscos, oportunidades e o impasse**  
31 **brasileiro**”, **“Os impactos econômicos e sociais da ciência e tecnologia**”,  
32 **“Bioprospecção de produtos naturais**”, **“Biodiversidade e bioinformática**”, entre  
33 outras, que debaterão biomas, a flora do Mato Grosso do Sul, as mudanças climáticas,  
34 a bioeconomia como projeto mobilizador nacional e a cooperação internacional em  
35 pesquisa. Também serão debatidos temas como **“Práticas de lazer em culturas**  
36 **tradicionais: corpo, diversidade étnico-racial, construção identitária e desenvolvimento**  
37 **social**”, **“Violência e desterritorialização: indígenas, quilombolas, agricultores familiares**  
38 **e o crescimento de tensões sociais no campo brasileiro**”, a **“História do movimento negro**  
39 **em Mato Grosso do Sul**”. Que é um evento importante e irá enriquecer o conhecimento  
40 sobre tecnologia e ciência. O **Conselheiro Edson Maidana** relatou que no Bairro Bom  
41 Retiro, tem recursos do FEHIS, aprovado pelos Conselheiros. Que houve entrega de 17  
42 residências e em nenhum momento foi citado que estamos ajudando na construção  
43 dessas unidades habitacionais, e, que os Conselheiros não foram convidados. Que  
44 gostaria que em todas as obras em que houver investimentos de recursos do FEHIS,  
45 que seja pelo menos mencionado no evento de entrega. Que diversos parceiros são

46 lembrados e citados, menos o CONGFHEIS, e muito menos ainda, que é recurso  
47 proveniente do Fundo de Habitação de Interesse Social. A **Senhora Tânia** relata ao  
48 Conselheiro Maidana, que a EMHA não fez nenhum comunicado ao CONGFHEIS/CEC,  
49 quanto a entrega das 17 casas do Bairro Bom Retiro. Que a Secretaria Executiva do  
50 Conselho foi avisada uma hora antes da entrega, e que já havia registrado a reclamação  
51 de outra Conselheira sobre o assunto. O **Conselheiro Valdo** relatou que assim como  
52 nunca é citado o nome do CONGFHEIS nas cerimônias de entrega de casas, as  
53 Entidades que são parceiras também nunca são lembradas. Que no convite emitido pela  
54 Governadoria menciona parceria com a CEF, com as Prefeituras Municipais e nunca  
55 consta parceria com as Entidades. Que gostaria que a AGEHAB-MS contatasse com a  
56 Assessoria de Comunicação da Governadoria, para também inserir nos convites os  
57 nomes das Entidades. Prosseguindo o **Senhor Ubiratan** passa para **Aprovação das**  
58 **Atas 121ª e 122ª Reuniões Ordinárias:** As Atas foram encaminhadas para análise e  
59 revisão a todos os Conselheiros, via e-mail. Não houve nenhuma correção, contestação  
60 ou sugestão. **Os Conselheiros que assinaram a lista de presença, aprovaram as**  
61 **referidas Atas.** Dando Continuidade, o **Senhor Ubiratan** convida a Senhora Maria  
62 Teresa Rojas S. Palermo para a **Apresentação do Projeto de Assistência Técnica do**  
63 **Programa Tijolo por Tijolo em parceria com CREA-MS:** A **Senhora Maria Teresa**  
64 cumprimenta a todos e inicia sua exposição dizendo que fez um apanhado bem suscito  
65 e que esse projeto foi especialmente do Programa FGTS/Carta de Crédito individual para  
66 material de construção. Relata que foi um período em que não havia nenhum tipo de  
67 recurso para habitação e o Projeto foi importante naquele momento. Que inicialmente o  
68 Projeto foi somente para Campo Grande, houve uma intensa divulgação, inclusive foi  
69 montado um stande no prédio do DERSUL para colher inscrições. Com o decorrer da  
70 execução do projeto, os municípios do interior do estado participaram com a doação do  
71 terreno. Explicou que o **objetivo** era o financiamento de material de construção -  
72 subsídio de mão de obra e assistência técnica para famílias que já possuíam terreno.  
73 Que a **parceria** foi entre o Estado, a Prefeitura, o cidadão (que era o dono do lote),  
74 CAIXA, CREA/MS, FETRICON e SINTRACON. Explanou que a Prefeitura fazia a doação  
75 do lote; o **Estado** subsidiava a mão de obra, elaborava todos os projetos e oferecia um  
76 subsidio para assistência técnica; a **CEF** realizava o financiamento do material de  
77 construção através desta modalidade do FGTS; o **CREA-MS** realizava o cadastramento  
78 de profissionais para assistência técnica, e, o **FETRICON/SINTRACON** realizava a  
79 execução da mão de obra. Relatou ainda que a **tipologia** da casa era de 31,56m<sup>2</sup> (o  
80 padrão utilizado naquela época) e continha 02 quartos, banheiro, sala/cozinha, com  
81 reboco interno e externo, pintura, contra piso e sem forro. Que posteriormente foram  
82 desenvolvidos outros 2 projetos, um com 36,00 m<sup>2</sup> e outro com 41,00 m<sup>2</sup> (esse utilizado  
83 somente em Campo Grande). A **metodologia** utilizada foi a execução da obra realizada  
84 através de convênio com a Federação e com o Sindicato dos trabalhadores da  
85 Construção Civil para mão de obra e, convênio com o CREA-MS para cadastramento de  
86 Engenheiros e Arquitetos para Assistência Técnica e o prazo da entrega da obra foi  
87 estipulado de 4 a 6 meses. O profissional protocolava o projeto na EMHA, para  
88 aprovação e acompanhava até a retirada do habite-se, pois, foi utilizado a Lei da  
89 gratuidade nas taxas da Prefeitura, no caso de Campo Grande. Houve uma tratativa com  
90 a Prefeitura, para houvesse celeridade nesses processos. Também expôs que o **público**  
91 **alvo** era para quem ganhava até 06 salários mínimos. Demonstrou que naquela

92 oportunidade o projeto permitia o financiamento do **material com mais 15% da mão de**  
93 **obra**, ficava no valor de R\$ 3.786,00, a **mão de obra que o estado pagava era** de R\$  
94 700,00 e a **assistência técnica** era de R\$ 250,00 por unidade, na época já era um valor  
95 pequeno, porém nós procurávamos regionalizar essas obras. Como eram terrenos  
96 pulverizados, tentávamos passar para o técnico/engenheiro as unidades mais próximas.  
97 Quanto as **prestações**, haviam duas opções: pessoas com renda mínima de R\$ 350,00,  
98 poderiam pagar em 5 anos uma prestação de R\$ 81,18; pessoas com renda mínima de  
99 R\$ 300,00, poderiam pagar em 8 anos uma prestação de R\$ 56,88. Para a **seleção das**  
100 **famílias**, foi feito um decreto instituindo a pontuação, os cadastrados passavam pelo  
101 crivo da CEF para aprovação do financiamento. Não podiam ter restrições cadastrais  
102 (SPC/SERASA). Porém, era um processo bastante desburocratizado. Explicou ainda as  
103 **vantagens e desvantagens** do projeto. As **vantagens** era que o projeto se destacou  
104 pela desburocratização. Todo o processo foi realizado pelas próprias agências da Caixa  
105 Econômica Federal, desde a recepção do projeto, do orçamento, da documentação do  
106 terreno e a comprovação de renda para os interessados autônomos. Expôs que era  
107 aceito muito documento de autônomos (por exemplo, conta corrente com histórico da  
108 movimentação bancária, histórico de recebimentos de costureiras, etc). Com essa  
109 desburocratização e descentralização, conseguimos bons resultados. Quanto às  
110 **desvantagens** a **Senhora Maria Teresa** destacou que naquela época em que foi  
111 realizado o projeto, ficaram a desejar o serviço de fiscalização da obra, pois não  
112 tínhamos uma equipe como temos hoje, e, mesmo não tendo muitos problemas, era  
113 necessário fiscalizar a obra; Os repasses para as Entidades Sindicais Executoras; O  
114 valor pago tanto para a mão de obra quanto para os profissionais era muito pequeno.  
115 Que hoje teríamos condições de melhorar esse valor. Expôs que o programa, teve  
116 algumas dificuldades no início, mas foi muito eficiente para aquele momento. O período  
117 de execução do projeto foi de 2001 a 2004, resultando em 2.720 unidades habitacionais  
118 construídas, 41 municípios participantes e 75 profissionais envolvidos. Como resposta  
119 desse trabalho da AGEHAB-MS, o **“Projeto Tijolo por Tijolo” recebeu o Prêmio**  
120 **Nacional de Melhores Práticas da Caixa Econômica Federal**. Um dos prêmios mais  
121 difíceis de ser conquistado. Explicou que esse prêmio é um programa desde 1999,  
122 reconhece, premia e divulga os melhores projetos sustentáveis que receberam apoio ou  
123 recursos da Caixa Econômica Federal e que contribuíram para a qualidade de vida e  
124 para o desenvolvimento dos brasileiros. Finalizando, demonstrou algumas fotografias de  
125 habitações construídas através do projeto. A título de informação a **Senhora Maria**  
126 **Teresa** expôs que a AGEHAB-MS fez inscrição na **Premiação “Selo de Mérito”** do  
127 **“Projeto Lotes Urbanizados”**. Colocou-se à disposição dos Conselheiros para  
128 quaisquer esclarecimentos. A **Conselheira Edymar** argumentou que a questão da  
129 moradia é inteiração, decisão política, parceria e outras coisas estabelecidas. Que  
130 quando trazemos esse assunto para o Conselho, estamos relatando a luta do povo, a  
131 história da nossa cidade e do desenvolvimento urbano. Por isso este Conselho é forte, o  
132 CMDU é forte, porque tem a inteiração e participação da sociedade. Que o programa  
133 **“Tijolo por Tijolo”** nasceu de outro projeto que foi inédito em MS, **“o Projeto Che-ro-**  
134 **ga-mi (Minha Casinha em guarani)”** no ano 2000. Teve ainda o **Che-ro-ga-mi** Mutirão,  
135 onde foi construído mais de 12 mil casas, (moradias para quilombolas, moradias para  
136 área rural), e foi construído com recursos do Fundo e do Estado. Nós fomos premiados  
137 com esses projetos por inovação tecnológica. Se estamos neste Conselho relatando

138 nossa história, é porque construímos isso. O **Conselheiro Anízio** perguntou sobre o  
139 projeto que será apresentado para concorrer ao Selo de Mérito. A Senhora **Maria Teresa**  
140 explicou que a ABC (Associação Brasileira de COHABs), irá apresentar para a Secretaria  
141 Nacional de Habitação, algumas propostas de experiências que os Estados estão  
142 desenvolvendo. Mato Grosso do Sul está desenvolvendo o Projeto do Lote Urbanizado,  
143 sem recursos do Governo Federal. Que o projeto poderá ser mais eficaz, se tiver  
144 recursos do Governo Federal, o que a Maria do Carmo entende como “subsídio” para  
145 material de construção. Que estamos pagando 12 mil para a base, o município está  
146 doando o terreno e se o Governo Federal subsidiar o material, a pessoa irá pagar  
147 somente a mão de obra. Que a proposta é que esse projeto seja estruturado, instituído  
148 como FAR, FDS e seja lançado em todo Brasil. Que a proposta é excelente e temos  
149 grandes chances de ganhar o prêmio. Não houve mais nenhuma pergunta e o **Senhor**  
150 **Ubiratan** agradece à Senhora Maria Teresa pela explanação, frisando que devemos  
151 reconhecer que todo o programa habitacional, desde o Che-ro-ga-mi até o lote  
152 urbanizado, tem o empenho da Maria Teresa para o lançamento dos referidos  
153 programas. Para concluir, o **Senhor Ubiratan** passou para **Pauta para Próxima**  
154 **Reunião:** ficou definida a apresentação do Balanço dos projetos realizados com  
155 recursos do FEHIS e seus resultados (Projeto inscrito na premiação Selo de Mérito).  
156 Nada mais a ser tratado, o **Senhor Ubiratan** encerrou a reunião às 16:05. Ata redigida  
157 por **Tânia Marques**.